

O LIBERALISMO E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A IMPOSSIBILIDADE DA DEMOCRACIA.

Marco Antônio de Oliveira Gomes¹.
Antônio Carlos Maciel^{**}

RESUMO:

Este trabalho apresenta instrumentos analíticos para compreender o capitalismo atual através de um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas - a aspiração a democracia. Esse conceito é um desafio jamais levados às últimas consequências sob o signo do capital aqui o examinaremos historicamente. A democracia burguesa, que surgiu das lutas pela afirmação da burguesia contra a nobreza, não possibilitou a realização de uma democracia substancial. Nem mesmo o reconhecimento da classe trabalhadora ao longo da história foi suficiente para eliminar as desigualdades. Pelo contrário, a desigualdade é concebida pelos liberais como saudável para o desenvolvimento social. Nosso objetivo é situar o conceito em contextos históricos em vez de pensá-lo como uma abstração socialmente determinada e não “varrer para baixo de um tapete imaginário” os problemas crônicos e os sintomas da crise estrutural que se expressam na educação.

Palavras-chaves: democracia; educação. Neoliberalismo.

LIBERALISM AND THE PRIVATIZATION OF EDUCATION: A FAILURE OF DEMOCRACY.

ABSTRACT

This paper presents analytical tools to understand contemporary capitalism through unifying theme among the various fragmentation and opposition – the aspiration for democracy. This concept is a challenge never taken to its logical conclusion under the sign of the capital here examined historically. Bourgeois democracy, which emerged from the struggle for the affirmation of the bourgeoisie against the nobility, not allowed to hold a substantive democracy. Not even the recognition of the working class throughout history was sufficient to eliminate inequalities. On the contrary, inequality is conceived by liberals as healthy social development. Our goal is to situate the concept in historical contexts rather than think of it as an abstraction rather than socially determined “sweep down a carpet imaginary” problems and symptoms of chronic structural crisis that express themselves in education.

Keywords: democracy; education; neoliberalism.

A lacuna do discurso liberal sobre a democracia

As origens do liberalismo devem ser buscadas nas lutas travadas pela burguesia contra a nobreza feudal. No entanto, a expressão teórica, entendida como a “certidão de nascimento” do pensamento liberal surge no final do século XVII com John Locke, representante da nova classe em ascensão, classe essa que, enriquecida com a especulação e os negócios, buscava garantias contra os abusos do Estado Absolutista, fundando o discurso pela democracia.

Não obstante, o discurso liberal burguês nem sempre encampou a democracia como necessária. Um dos pais do liberalismo, John Locke (1632-1704), não discute a questão democrática porque esta questão não se colocava na época que viveu. Na verdade, a preocupação de Locke era a legitimação do poder de um Estado Liberal, através do contrato firmado entre os homens.

Ainda segundo Locke, a existência do indivíduo é precedente ao nascimento da sociedade e do Estado. Na sua concepção individualista, os homens viviam originalmente num estágio pré-social e pré-político, caracterizado pela mais perfeita liberdade e igualdade, denominado estado de natureza. O mesmo princípio se aplica à propriedade, que no entendimento de Locke, já existe no estado de natureza e, sendo uma instituição anterior à sociedade, é um direito natural do indivíduo que não pode ser violado pelo Estado.

De onde viria a legitimação da propriedade para Locke? A resposta está no trabalho, pois a terra fora dada por Deus em comum a todos os homens. No entanto, aqueles que incorporavam o trabalho à matéria bruta e que se encontravam em seu estado natural, o homem a tornava sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens (MELLO, 1999, p. 85).

A necessidade de superar as possíveis ameaças contra a propriedade (vida, liberdade e bens) é que levaria os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social.

Considero, portanto, poder político o direito de fazer leis com pena de morte e, conseqüentemente, todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade, e de empregar a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da comunidade de dano exterior; e tudo tão-só em prol do bem público. (LOCKE, 1991, p. 216)

Não é nenhum exagero afirmar que um dos grandes esforços teóricos empreendido por Locke, no Segundo Tratado Sobre Governo, concentra-se na busca da justificação e legitimação do processo de constituição da propriedade liberal-burguesa, em contraposição ao modelo feudal. Em outras palavras, a intervenção do Estado era defendida como necessária para preservação da liberdade, da segurança e da propriedade.

Ao sustentar a idéia do “contrato social”, que corresponderia à passagem do estado de natureza para as sociedades organizadas, Locke justificava a monarquia limitada e, ao mesmo tempo, dissimulava suas origens com um discurso de caráter universal. Frise-se aí o elitismo presente na raiz do pensamento liberal, já que a igualdade defendida é de natureza abstrata e puramente formal: não há igualdade real, quando somente os proprietários podem usufruir dos direitos. Em outras palavras, o projeto que então estava colocado para o pai do liberalismo era a superação da ordem monárquica absolutista e a consolidação da ordem burguesa. Não se tratava da crítica à monarquia, mas sim ao absolutismo. Assim, a temática da igualdade não fez parte das preocupações teóricas e políticas de John Locke.

Ainda dentro do horizonte liberal, Jean-Jacques Rousseau representou uma proposta alternativa. Ao contrário de Hobbes que enxergava no Estado de natureza a guerra de todos contra todos, e Locke, que identificava a instabilidade e a ausência de regras, Rousseau percebeu a existência de um homem bom, inocente e feliz. No estado de natureza não havia a preocupação com a idéia de propriedade em seu sentido estrito.

Para o filósofo de Genebra, a propriedade tem um lugar importante no Contrato Social, que se colocava como alternativa aos Estados existentes. A defesa da liberdade de participar na formação do governo, com a criação de uma esfera pública, da qual todos poderiam participar e debater a ordem burguesa que se consolidava.

O movimento inaugurado por Rousseau encontra representantes, sujeitos ativos, durante a Revolução Francesa: refiro-me em particular aos jacobinos, revolucionários radicais. Encontra-se também desdobramentos nos primeiros comunistas, como Babeuf, que tentam a Conjuração dos Iguais, duramente reprimida, já no final do século XVIII. Esse conjunto

de reflexões e práticas vai além do liberalismo, numa perspectiva claramente democrático-popular. E, particularmente, o surgimento do movimento socialista, no tumultuado início do século XIX – com a transformação em ator político não só o povo em geral, mas particularmente a classe proletária -, obriga o pensamento liberal a dar uma resposta, a confrontar-se com isso que nós podemos chamar de ascensão da democracia moderna. E, no primeiro momento, é fácil perceber que o liberalismo reage criticamente contra a democracia. (COUTINHO, 2002, p. 13).

Em um contexto marcado pela difusão dos princípios liberais da Revolução Francesa e do progressivo crescimento do movimento operário ao longo do século XIX, desencadeou uma crise no liberalismo que explicitou suas contradições internas. Alguns liberais, chocados com o terror jacobino, mobilizaram-se numa direção apaixonadamente contra-revolucionária e resvalaram para o conservadorismo.

É que o acelerado desenvolvimento da industrial, nesse período, solidificou o Capitalismo como modo de produção dominante e fez emergir suas contradições, notadamente, os conflitos de classes entre a burguesia e o proletariado. O grande bloco revolucionário, proveniente do antigo “Terceiro Estado”, liderado pela burguesia, chegava ao fim.

Nesse sentido, os conflitos foram ampliados com a formação e consolidação de correntes socialistas, no século XIX, manifestando as aspirações da classe operária e entrando em colisão com os interesses e valores capitais da burguesia. As elites econômicas perceberam, desde o início, a necessidade de defender a ordem diante das idéias subversivas e de ajudar a criar um consenso social. Muitos historiadores liberais do século XIX empenhavam-se em defender uma idéia de organização do Estado, que negava o direito de participação na política ao conjunto da população. O trecho que citaremos a seguir ilustra esse desejo:

(...) Carlyle dizia que o sufrágio universal era ‘uma forma diabólica de igualar Judas a Jesus Cristo’; Odilon Barrot sustentava que era ‘o mais perigoso e despótico absurdo que havia jamais saído de um cérebro humano’. Os pobres não tinham tempo para dedicar-se à política, nem dispunham dos conhecimentos necessários para fazê-lo. ‘Só a propriedade torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos’, dizia Constant, pensando exclusivamente na propriedade da terra. **Por trás de argumentos pretensamente racionais, havia outro, inconfesso: o medo que os cidadãos sem propriedades, sendo maioria, usassem o direito de voto, se concedido, para desapropriar os que tinham** (grifo nosso). Macaulay diria que o sufrágio universal era “incompatível com a existência da civilização”, já que “o populacho o empregaria para expropriar um que tivesse um bom casaco sobre os ombros e um bom teto sobre a cabeça” (FONTANA, 2004, p 232).

Dito de outra forma, o Estado deveria garantir as bases da acumulação capitalista e impedir que a liberdade fosse utilizada para matar a sua própria liberdade. Por isso, muitos intelectuais se colocaram contra a participação dos trabalhadores no jogo político e não viam impedimentos nas transações escravistas envolvendo seres humanos.

As duas nações mais representativas da tradição liberal, Inglaterra e os Estados Unidos, estiveram comprometidas com a tragédia da escravidão dos negros. Se a Inglaterra, berço das tradições liberais, se constituiu na maior traficante de escravos da modernidade; os Estados Unidos, cuja declaração de independência afirmava que “os

homens nascem livres e iguais”, não aboliram a escravidão dos negros senão em 1865. No entanto, mesmo após a abolição a democracia liberal americana conviveu muito bem com a desigualdade de direitos entre brancos e negros no Sul dos EUA.

Cabe ressaltar, ainda, que no século XIX, a defesa do “livre mercado”, era a defesa de uma ordem econômica materializada pela expansão imperialista inglesa. Em outras palavras, tratava-se do domínio do capital financeiro que destruiu o pouco que restou da chamada liberdade de comércio.

Se a “livre concorrência” era glorificada nos templos do capital, “*A era dos Impérios*”, também, foi marcada por crises de superprodução e pela disputa, entre nações capitalistas avançadas, por colônias e áreas de influência. Nesse cenário, marcado pelas rivalidades imperialistas e o pelo fortalecimento movimento operário, a disputa por mercados acirrou os conflitos desencadeando a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, da Segunda Guerra Mundial.

(...) O domínio do capital financeiro, a partir do último terço do século XIX, superou a livre competição e estabeleceu, em sua plenitude, a monopolização da economia e destruiu, definitivamente, as bases objetivas de princípios como a liberdade de produzir e a liberdade de comerciar. O Estado também mudou de natureza e, para assegurar a reprodução do capital, precisou assegurar, igualmente, a reprodução das camadas sociais parasitárias, expulsas das atividades produtivas por força do desenvolvimento tecnológico. As nações capitalistas emergentes, como Alemanha, Itália e Japão, para fugirem do controle monopólico exercido pela Inglaterra sobre o comércio internacional, desenvolveram justificativas ideológicas negadoras do liberalismo. Assim nasceu uma forma exacerbada de nacionalismo, que se manifestou como nazismo na Alemanha e como fascismo na Itália. Em resumo, a burguesia abandonou o liberalismo, pois este deixara de servir aos seus interesses e se tornara antagônico à sua existência. De fato, os seus princípios doutrinários clássicos demonstraram-se superados em face das novas condições objetivas de reprodução do capital, na fase monopólica da sociedade capitalista. Nessa nova época, o liberalismo passou a resumir-se a uma retórica falsa da burguesia inglesa, pois, no âmbito do mercado mundial, ela impunha rígido controle monopólico, enquanto a burguesia alemã, italiana e japonesa negavam claramente a doutrina como recurso de oposição à Inglaterra. (ALVES, 2007, p. 82)

Os horrores causados pela Primeira Guerra Mundial, que devastaram grandes regiões do continente europeu, constituíram-se no prelúdio de uma verdadeira devastação econômica: a Grande Crise de 1929. A depressão econômica envolveu praticamente todo o mundo capitalista: uma das marcas foi sua amplitude, uma vez que a economia capitalista encontrava-se, e ainda encontra-se, em alto grau de interdependência. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la (HOBSBAWM, 2001, p. 91).

Não bastasse a crise econômica, outro fantasma se erguia fundamentalmente em território europeu: a Revolução Russa de 1917. Tratava-se da primeira tentativa histórica de construção de um Estado socialista e, sem dúvida, constitui-se em um movimento negador das instituições da democracia liberal. Com isso, a Revolução de Outubro apontava para um mundo novo, que deveria ter sido a da igualdade, da justiça, do fim da exploração.

No cenário do período entre guerras, amplos segmentos da burguesia abandonaram as veleidades democráticas. Os regimes totalitários materializaram a resposta burguesa para a crise instalada.

As forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos, omitindo a forma tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americanos, sem qualquer coloração política *a priori*. Todos eram contra a revolução social, e na verdade uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-20 estava na raiz de todos eles. Todos eram autoritários e hostis às instituições políticas liberais, embora às vezes mais por motivos pragmáticos do que por princípio. (...) Winston Churchill, um *tory* deveras direitista nessa época, embora não típico, manifestou alguma simpatia pela Itália de Mussolini, e não conseguiu forçar-se a apoiar a República espanhola contra as forças de Franco, mas a ameaça da Alemanha à Grã-Bretanha o tornou o paladino da união antifascista, às vezes com substancial apoio das massas. (HOBSBAWM, 2001, p. 116-117).

A burguesia percebia claramente que a defesa das liberdades democráticas naquele cenário não era conveniente. Tratava-se de defender um bem maior, a propriedade. Naquele momento, dissipava-se, o otimismo dos ideólogos burgueses que viam na industrialização uma panacéia para os males do mundo.

Nesse cenário, marcado pela **Grande Crise**, outras alternativas foram colocadas em prática. A alternativa encontrada para superação do colapso econômico foi a adoção das proposições de John Maynard Keynes. Na doutrina keynesiana, o Estado assume o papel de regulador das atividades econômicas, regulando oscilações de emprego e investimento, de modo a moderar crises econômicas e sociais. O New Deal norte-americano e o Estado de Bem Estar europeu foram frutos dessa opção econômica, que buscavam precisamente impedir a auto-destruição do capitalismo, isto é, sua tendência a crises cíclicas e progressivamente mais amplas.

A falência da democracia sob a hegemonia neoliberal.

A consolidação do Estado de bem estar social e das políticas keynesianas ocorreu de fato após a Segunda Guerra Mundial. Foram os “anos de ouro do capitalismo”, que diga-se de passagem, não foram tão reluzentes para todos. Nas palavras de Hobsbawm:

Hoje é evidente que a Era de Outro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. (...) Na verdade, de início pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem. A taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental cresceram quase com a mesma rapidez – mais depressa em países até então atrasados, mais devagar no já industrializados ou parcialmente industrializados. (HOBSBAWM, 2001, p. 255)

Nessa época, significativos segmentos das classes dominantes reformulam os postulados clássicos do liberalismo com vistas à manutenção da ordem. Na verdade, o refluxo do liberalismo econômico atendia as necessidades do capital em um contexto marcado pela destruição pela bipolarização mundial: a Guerra Fria. Tratava-se de uma questão prática: recuperar-se da guerra. A recuperação também significava deixar para trás

o medo de revolução social e avanço comunista, herança da Resistência. O crescimento acelerado que se seguiu levou muitos observadores a suporem que o crescimento econômico seria eterno.

O mundo industrial, claro, se expandia por toda a parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no “Terceiro Mundo”. No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do “socialismo existente”, países predominantes agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. (...) A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é mais ainda impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (HOBSBAWM, 2001, p. 256-257)

No entanto, o crescimento acelerado no pós-guerra entrou em uma fase crítica, sobretudo no início da década de 1970. As novas tecnologias inseridas no âmbito da produção, a crise do petróleo combinada com a redução do crescimento econômico e crescimento inflacionário contribuíram para a ascensão da ideologia neoliberal que já se encontrava em gestação.

O esgotamento do padrão de acumulação do fordista/taylorista induziu o capital a buscar estratégias de recuperação das taxas de lucro através das propostas neoliberais, que enxergavam no Estado, e em suas políticas sociais, o grande vilão da economia. Os intelectuais comprometidos com as bandeiras do neoliberalismo declaravam que as despesas do Estado com políticas públicas e o poder dos sindicatos destruíam os níveis necessários de lucro das empresas. Nesse cenário, muitos liberais criticavam os direitos econômicos e sociais como uma criação maligna da revolução bolchevique. No entendimento de muitos liberais, os direitos sociais são nocivos por limitarem a liberdade e, no limite, contribuírem para a construção de um Estado totalitário.

Na década de 1980, o Brasil atravessava a transição de uma ditadura civil militar para uma democracia liberal. A realização de eleições regulares, incluindo as disputas presidenciais a partir de 1989, e a ampliação dos espaços de atuação política permitiram a muitos intelectuais afirmassem que a democracia avançava e seguiria avançando para sua consolidação.

Na verdade, as transformações no cenário político devem ser compreendidas como parte de um processo que envolve o crescimento das forças de oposição ao regime político e o esgotamento do modelo econômico. Não por acaso, muitos qualificam os anos 80 como “década perdida”. O endividamento externo, a estagnação econômica e o crescente processo inflacionário foram características marcantes do período.

A crise econômica e a nova conjuntura mundial marcada pela queda do Muro de Berlim em 1989, o enfraquecimento e posterior desintegração da União Soviética e o subsequente desmantelamento do modelo de socialismo real, a formação de blocos econômicos regionais, o grande desenvolvimento tecnológico e industrial contribuíram para a construção da hegemonia neoliberal na América Latina.

Sendo o Estado considerado o responsável pela crise, dentro da perspectiva neoliberal, qualquer limitação aos mecanismos de mercado são denunciados como uma ameaça à liberdade. Nesse sentido, o mercado é a única instituição racional, capaz de superar os problemas econômicos, políticos e sociais. Não por acaso, o discurso neoliberal representa a repetição, se é que podemos falar de repetição em história, do modelo liberal clássico aplicado ao capitalismo dentro das circunstâncias próprias da contemporaneidade.

É interessante lembrarmos que, na perspectiva do liberalismo clássico, o Estado deve intervir somente para assegurar os direitos de propriedade do indivíduo. Em outras palavras, o Estado não pode intervir nas relações entre os homens, principalmente nas relações econômicas. Apesar disso, admite-se a intervenção do Estado com a finalidade de conter conflitos que coloquem sob ameaça a ordem econômica.

A passagem que se segue, ilustra bem o pensamento de Friedman, um intelectual identificado com as proposições neoliberais.

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; **promova a competição;** forneça uma estrutura monetária; se envolva em atividades com relação ao monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de um louco; - um tal governo teria evidentemente, importantes funções a desempenhar. (FRIEDMAN, 1977, p.38).

Como se vê, as relações de mercado são entendidas, pelos liberais, com as relações insuspeitas e inquestionáveis. Torna-se necessário apenas conhecer e respeitar os mecanismos de funcionamento do mercado. Nesse sentido, condenam qualquer tipo de intervenção do Estado, apontada como nociva e prejudicial, às supostas condições de igualdade nesse tipo de disputa.

Ora, se liberalismo clássico coincidiu com a crise do colonialismo e o advento da Revolução industrial, o neoliberalismo, por sua vez, marca o fim do capitalismo industrial na sua fase monopolista de expansão associacionista em escala internacional e o advento do capitalismo, ainda monopolista, de hegemonia financeira em escala global. No campo teórico de Friedman e de muitos intelectuais defensores das bandeiras liberais, o Estado cumpre a função de manutenção da ordem, subordinando os indivíduos ao “livre mercado”.

A respeito das proposições neoliberais, Castanho enumera suas principais bandeiras. Vejamos seus apontamentos:

a) restrição ao poder “excessivo” do movimento operário e do sindicalismo e do sindicalismo, pressionando as empresas por salários e o Estado por políticas sociais; b) manutenção do Estado forte apenas para conter o sindicalismo e controlar a moeda; c) no mais, minimização do Estado quanto a investimentos na economia e em política social; d) disciplina orçamentária; e) restauração da taxa “natural” de desemprego e recriação do “exército de reserva” de trabalhadores; f) restauração da taxa de lucro das empresas restituídas à competitividade via produtividade. (CASTANHO, 2001, p. 28)

Assim sendo, como forma de gerenciar a sua crise estrutural, foi iniciado o processo de reestruturação do capital e de seu sistema jurídico e ideológico de dominação. A fórmula encontrada estaria no suposto “Estado-mínimo”, ou seja, a ausência do poder público para as questões sociais, mas forte o suficiente para controlar os gastos públicos e enfraquecer os sindicatos, ao mesmo tempo em que se buscava a desregulamentação dos direitos trabalhistas, além da desmontagem do setor produtivo estatal.

Da perspectiva neoliberal, o equilíbrio monetário se constituiu no objetivo primeiro de qualquer governo. Dessa forma, a efetivação de reformas fiscais, entendida como diminuição dos impostos sobre o capital é entendido como pilar fundamental para incentivar a retomada da econômica. Assim, a alternativa do capitalismo para a sua crise estrutural acarretou um processo de substituição do modelo industrial fordista e do modelo político-econômico Keynesiano pelo regime de acumulação flexível, fortalecendo o capital financeiro e especulativo, em um momento de crise acentuada das experiências do chamado “socialismo real”, que sem dúvida, auxiliou na difusão – entre muitos intelectuais – da idéia de que o liberalismo e a economia de mercado venceram em termos absolutos, e teriam se transformado em modelo permanente e categórico de organização da vida humana.

Num cenário como esse, os Estados Nacionais, fortalecidos na defesa da ordem burguesa, com a privatização das empresas estatais e com a promoção de políticas de defesa da liberdade econômica, fortaleceram a defesa do mercado como agente regulador das relações sociais. O discurso conservador neoliberal equipara tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” surge sublimada como a esfera da competência administrativa, da probidade e da austeridade. No entanto, ao mesmo tempo em que se apropria do Estado para levar adiante o projeto neoliberal, a burguesia o aponta como causador de todas as desgraças e infortúnios.

Da satanização do Estado advém a tese do Estado mínimo. Ora, essa bandeira desfraldada pelos profetas da ordem não se sustenta à luz de pequenas evidências, entre elas, o simples fato de que a outra face da corrupção e da ineficiência Estado é o empresário privado, que corrompe o funcionário estatal.

Diante desse quadro, cabe-nos perguntar até que ponto a democracia em um Estado capitalista é capaz de superar o abismo entre a igualdade proclamada através da lei e a desigualdade “material”? Em nosso entendimento, é evidente que o projeto societário do capital não supera, e nem poderá fazê-lo, os obstáculos intransponíveis do despotismo do capital. No que se refere às aspirações democráticas, estas foram frustradas com as políticas de “ajustes”, que excluíram e marginalizaram grandes segmentos da sociedade e que reforçaram em pouco tempo o apartheid econômico e social.

Perversamente, os intelectuais comprometidos com a defesa da ordem continuam a defender a necessidade de respeito ao livre mercado. Na prática, a liberdade abstrata é a liberdade do burguês concreto.

Conjuntura política educacional no Brasil: a centralidade das idéias neoliberais sobre a educação

Não há dúvidas de que as políticas neoliberais contribuíram para o desmantelamento das funções sociais do Estado reforçando o darwinismo do mercado. Sob o manto da “racionalidade do mercado” vivemos em uma sociedade marcada por antagonismos: produz-se mais com menos trabalho; riqueza e miséria caminham lado a lado. A produtividade do trabalho cresceu de forma astronômica, mas a divisão do produto do trabalho fica restrita a poucas mãos. O que efetivamente vem a ser o discurso de “integração” pela educação em uma sociedade marcada pela divisão em classes sociais antagônicas? Seriam as reformas no âmbito da educação, dentro das propostas orientadas pelo mercado, uma resposta concreta para a crise do capitalismo, crise do trabalho assalariado, e à inserção material da classe trabalhadora em condições de igualdade aos demais segmentos?

Se o neoliberalismo se configurou de forma hegemônica na sociedade, é evidente que as políticas públicas sobre educação não ficariam imunes ao “canto da sereia” liberal. Nesse sentido, não temos dúvidas que as políticas educacionais no Brasil ainda refletem a centralidade das proposições neoliberais sobre o conjunto da sociedade. As bandeiras do neoliberalismo sobre a educação não foram modificadas. A escola continua sendo apresentada como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”.

Partindo da perspectiva de análise liberal, a educação é entendida como um instrumento estratégico na sociedade e, por isso, precisa ser incentivada. Nesse projeto, a intervenção na educação com objetivo claro de servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais: a) trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado; b) atrelar a educação institucionalizada, incluindo a formação de professores e preparação de currículos com vistas à transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado da livre iniciativa.

No âmbito das políticas públicas e proposições para educação, o projeto neoliberal se assemelha muito aos seus objetivos econômicos e ideológicos, quais sejam: apresenta a escola independente das questões de classe, preconizando a ampliação do mercado livre, a redução da responsabilidade governamental para as questões sociais, o rebaixamento das expectativas das pessoas em termos de segurança econômica e o reforço do darwinismo econômico, ou seja, a seleção dos “mais capacitados”. Dito de outra forma, a escola deve se organizar para garantir e potencializar o desenvolvimento das “competências” dos alunos e o trabalho docente deve ocorrer de maneira a adaptar os educandos à realidade econômica competitiva do mercado.

Nesse novo contexto, as ideias pedagógicas passam a assumir, no próprio discurso, o fracasso da escola pública, apresentado como reflexo da incapacidade do Estado de gerir o bem público. Como isso se justifica, também, no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regulada pelas leis do mercado (SAVIANI, 2008, p. 428).

Ora, como a educação não está isolada das contradições e problemas que estão presentes na arena social, o professor é mais uma das vítimas do modelo econômico marcado pela exclusão. O discurso dominante aponta o professor como “protagonista” da educação e, por isso, cobra de sua atividade o máximo de produtividade, mas sem contrapartida para a sua formação e condições de trabalho. Vejamos os apontamentos de Saviani:

Nessa nova conjuntura, como se situa o professor? O quarto ato de seu drama reveste-se de algumas particularidades. Continua-se pedindo que ele seja eficiente e produtivo, mas agora ele não necessita seguir um planejamento rígido; não precisa pautar sua ação por objetivos predefinidos, seguindo a regras preestabelecidas. Como ocorre com os trabalhadores de modo geral, também os professores são instados a se aperfeiçoarem continuamente num eterno processo de aprender a aprender. Acena-se, então, com cursos de atualização ou reciclagem, dos mais variados tipos, referidos a aspectos particulares e fragmentados da atividade docente, todos eles aludindo a questões práticas do cotidiano. O mercado e seus porta-vozes governamentais parecem querer um professor ágil, leve, flexível; que, a partir de uma **formação inicial ligeira** (grifo nosso), de curta duração e a baixo custo, prosseguiria sua qualificação no exercício docente lançando mão da reflexão sobre sua própria prática, apoiado eventualmente por cursos rápidos, ditos também “oficinas”; essas recorrendo aos meios informáticos, transmitiriam em doses

homeopáticas, as habilidades que o tornariam competente nas pedagogias da “inclusão excludente”, do “aprender a aprender” e da “qualidade total”. Mas o exercício dessas competências não se limitaria à atividade docente propriamente dita. Pede-se aos professores que, no espírito da “qualidade total”, não apenas ministrem aulas, mas também participem da elaboração do projeto pedagógico das escolas; da vida da comunidade, animando-a e respondendo às suas demandas; da gestão da escola e suprimindo suas dificuldades específicas. (SAVIANI, 2008, p. 448-449)

Como se vê, as condições de trabalho dos professores também foram afetadas, o que significa que as condições precárias do exercício do magistério determinam a qualidade do ensino. Em outras palavras, o Estado estabelece mecanismos de controle, que visam, na verdade, interiorizar o ideário burguês, transformando o clichê da “qualidade” no elemento ideológico legitimador das proposições liberais.

Não por acaso, a educação, especialmente aquela desenvolvida no interior das escolas, nesse cenário de hegemonia neoliberal, ganha contornos que refletem em última instância, as transformações econômicas ocorridas no âmbito da produção. Bem a propósito, levando em conta o domínio das relações capitalistas, Mézáros sentencia:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (2006, p. 35)

Partindo do pressuposto que as bandeiras do neoliberalismo bebem na fonte do liberalismo clássico, sua compreensão de escola não apresenta grandes diferenças daquela perspectiva que enxergava na educação escolar o papel de redenção das mazelas de sua sociedade.

Por isso, não nos causa estranheza as políticas públicas que sinalizam para o aligeiramento na formação de professores, exaltando os métodos e a prática. Trata-se de mais uma forma de barateamento e redução de custos, que tem significado a impossibilidade de os professores compreenderem as determinações que lhe são impostas. Daí o enaltecimento da flexibilidade, da adaptabilidade e do professor que aprende com a prática. Dessa forma, a utilidade dos conhecimentos clássicos, historicamente construídos pelo conjunto dos homens em sociedade, é descartada. Por isso, é importante pontuar que:

Assim, o Estado, compreendido como o conjunto dos órgãos por meio dos quais se exerce a hegemonia e a coerção da classe dirigente sobre as subalternas, não possui apenas o intento de preservar, defender e consolidar os seus interesses econômico-políticos, mas também o de elaborar uma ação educativa de conformidade com o conjunto do corpo social, de modo que os objetivos e os interesses da classe dominante surjam como dados e valores universais (GRISONI; MAGGIORI, 1973).

Dessa forma, nossa compreensão de Estado é a de Estado histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, uma vez que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia. Portanto, entendemos

que Estado² é a instituição pela qual a classe dominante impõe seu poder e defende seus privilégios em detrimento das outras classes. Conforme afirma Mészáros (2002, p.41):

Descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capital global por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora.

Inevitavelmente, essa instabilidade é sentida nas nossas Instituições Educacionais, sejam básica ou superior. As propostas oficiais (tanto em nível nacional como internacional) estão apoiadas nas modificações processadas nas engrenagens e mecanismos de funcionamento sociometabólico do capital. Nesse vasto campo de complexidades há um deslocamento do debate educacional do âmbito pedagógico para o “mercado de serviços educacionais” (LEHER, 2001, p.151).

Uma interlocução com Frigotto (1995), nesse momento, é significativa. A linha de argumentação do texto *Delírio da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional* busca evidenciar como os conceitos e as categorias se metamorfoseiam ou se ressignificam, operando no campo ideológico, mistificando a compreensão da crise econômico-social, ideológica e ético-política do capitalismo real no fim do milênio e suas implicações nas atuais políticas educacionais do Brasil.

Para melhor ilustrar a argumentação de Frigotto (1995) podemos observar que, de 1994 até os dias atuais, as políticas públicas para educação brasileira vêm estabelecendo seus parâmetros nos moldes da "globalização" econômica, com vistas a sua inserção no mundo moderno, a partir de um modelo econômico "neoliberal" assumido como inevitável. As novas formas de organização do trabalho, desse modelo decorrentes, impuseram um novo tipo de formação, no qual o domínio do conhecimento e o tempo de escolarização passaram a ser estratégicos.

A inclusão do item “serviços educacionais” na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC) com o propósito de incluir os serviços públicos do mundo – educação, saúde, serviços sociais, transporte público – no Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS ou GATS) e liberalizá-los estão em harmonia com essas diretrizes, os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, elaboram documentos que balizam as políticas educacionais dos países subdesenvolvidos. No caso brasileiro, uma infinidade de dispositivos legais e práticos ratifica essa compreensão.

Privilegia-se o deslocamento das fronteiras entre o público e o privado, a “publicização” dos serviços estatais e parcerias fundadas em uma “racionalidade economicista-liberal” que reduz as organizações da sociedade civil à condição de prestadoras de serviços públicos, atendendo a critérios de diminuição de custos para o Estado.

Municipalização do ensino fundamental visando à restrição dos gastos da União. Privatização - constituição de um mercado de consumo de serviços educacionais aliado a deteriorização dos serviços públicos combinados às exigências crescentes de formação para o mercado de trabalho (ideologia da empregabilidade).

Reformas legislativas em que o governo assegura o controle do sistema via fixação de diretrizes curriculares, avaliação e noções de competências, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças sócio-econômicas do capitalismo (ADRIÃO; PERONI, 2005).

Uma das consequências diretas da visão empresarial da educação escolar pode ser notada através do aviltamento das potencialidades das escolas mantidas pelo Estado em todos os níveis, além da organização de modelos empresariais, supostamente melhores, para medir a “produção”

dos professores, por meio de processos avaliativos deliberados e implantados de forma autoritária, por Ministérios, Secretarias ou Agências Normatizadoras. Redefine-se, portanto, o papel tanto do Estado como das Escolas. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e produtividade. Nesse sentido, a avaliação converte-se no papel proeminente exercido pelo Estado.

As iniciativas de reforma propostas pelo pensamento liberal incidem tanto na rede de escolas mantidas pelo Estado como nas redes de escolas privadas. Um exemplo que merece destaque é a figura do professor terceirizado. A questão foi tema de reportagem na Folha de São Paulo de 2006. A forma de contratação dos professores é semelhante a de outros profissionais também terceirizados e atende a uma demanda focalizada, liberando as mantenedoras de encargos trabalhistas, tais como tais como FGTS, férias e décimos terceiros salários. Um grande negócio à custa de uma mão de obra qualificada, porém, precarizada.

A falta de direitos trabalhistas gera insegurança, dizem professores cooperados. "Você sabe que não pode ficar doente, pois só recebe por aula dada", afirma um docente de ciências da computação da Faculdade Sumaré --alguns professores não quiseram ser identificados para evitar retaliações (...) "Como não temos outra opção, nos sujeitamos a isso. É a força do mercado", diz uma docente de ciências contábeis da mesma instituição. "Sem garantia, o emprego vira um bico. E todos pulam fora na primeira chance", afirma um professor de ciências da computação da Faculdade Drummond, que tem dois campi na zona leste. (Folha de São Paulo, 27/11/2006)

Em relação às universidades públicas, as reformas implementadas pelo governo federal a partir dos anos 1990, vinculam-se ao igualmente ao ideário neoliberal. A diversificação de modelos respalda a abertura indiscriminada de faculdades e cursos guiados primordialmente pelos interesses do mercado.

Frigotto (2001) aponta para o deslocamento da Universidade concebida como instituição pública ligada ao Estado republicano para o de organização social vinculada ao mercado. Trata-se de uma universidade avaliada pelos parâmetros do mercado. (FRIGOTTO, 2011, p. 247). Ao fim e ao cabo, o que se revela permanentemente é que a política oficial vigente se orienta pelo seguinte vetor: redução de custos, conforme o princípio máximo de resultados como o mínimo de investimentos possíveis.

Um exemplo emblemático desse processo nos é dado por Frigotto (2011, p. 247) em sua análise de dois programas de ampla repercussão no meio acadêmico: PROUNI E REUNI. Vejamos seus apontamentos:

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por caminhos diversos e aparentemente contraditórios, dão conteúdo à universidade operacional. O PROUNI criou mais de 700 mil vagas para jovens, e isso seria fantástico se tal inclusão não fosse incorporando, ainda que de forma enviesada, a tese conservadora de Milton Friedman que, no final da década de 1950, defendia que o Estado desse aos mais pobres um *voucher* ou uma carta de crédito para escolherem onde queriam estudar. (...) O REUNI, por sua vez, representa uma inversão substantiva de recursos de custeio para projetos e programas, quase duplicando as vagas e sendo aplaudida fortemente pelo Manifesto dos Reitores das Universidades Públicas durante o atual governo. Em contrapartida, estabelece a desestruturação da carreira docente, conquistada duramente, aumenta o trabalho precário e, sobretudo, impõe uma brutal e, em muitos casos, insuportável intensificação da carga de trabalho. Além disso, especialmente pelo

enclave da educação à distância, em alguns casos com a defesa de sua crescente expansão em substituição ao ensino superior presencial, produz-se mais uma forma de dualidade. O fetiche da tecnologia opera aqui como um argumento ideológico.

Em um momento marcado pelo crescente desemprego e pela fragilização dos sindicatos, os empresários se aproveitam para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Dessa forma, são evidentes os prejuízos pedagógicos, pois os professores não recebem qualquer benefício. A alta rotatividade também é corriqueira, uma vez que os professores não criam vínculos com aquele espaço educativo. Em grande medida, esta foi a “alternativa” encontrada pelas instituições particulares de ensino em São Paulo, conforme relato da reportagem, mas presente em outras regiões do Brasil.

Além dos parâmetros acima é importante pontuar a privatização da educação superior, cujos critérios de "qualidade" são os empresariais. As conseqüências dessa compreensão são evidentes, acentua-se o atraso econômico e tecnológico do país, distancia-se o Brasil, cada vez mais, do anseio de se tornar um país da modernidade. Em sintonia com o contexto neoliberal marcado pela racionalização, desregulamentação, desestatização e liberalização, a educação foi veiculada como um dos elementos de composição na relação competitiva da economia e não apenas como um agente de resgate da dívida social. Ou seja, os enfoques e paradigmas da educação buscaram desafios das transformações da economia, do capital e do trabalho (LIMA, 2006).

Ancorados nesses fatos, é que assistimos, perplexos, à profusão de dispositivos legais e práticos que pressupõe a existência do outro no acordo, sendo esse outro os parâmetros do mercado. Em síntese, e considerando o que foi focalizado até aqui, as políticas sociais no Brasil, quando se universalizam, foram acompanhadas por uma queda na qualidade do atendimento. Nesse sentido, a quantidade foi muito mais valorizada pelo Estado e as elites do que a qualidade, que faz parte apenas da retórica política.

É dentro dessa perspectiva que devemos compreender a conjuntura das políticas educacionais no Brasil. A interferência de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, aliada à convergência de interesses das elites econômicas e autoridades do Estado, repercute de maneira decisiva sobre a educação. É importante ratificarmos que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na estreita relação entre sociedade, Estado, valores, símbolos, normas que integram o universo histórico-cultural de uma determinada realidade.

Considerações finais

O quadro acima esboçado é repleto de desafios concretos para o conjunto das forças que pretendem superar o modelo de sociedade marcado pela exclusão econômica de milhares de trabalhadores. Esta não é uma tarefa das mais fáceis, sobretudo de quisermos alicerçar nossa crítica e não repetir receitas fáceis. Em termos estratégicos, cabe revelar que esta política reforça a dominação do capital e sequer nos torna competitivos nos termos restritos dos interesses intercapitalistas.

Neste horizonte, o patrimônio natural, cultural e científico não podem ser subordinados à lógica do mercado e ao capital. Para isso, torna-se imperativo congregarmos forças na luta pela valorização do professor em seu processo formativo e condições materiais de trabalho, além da universalização da escola básica e expansão das universidades públicas em condições de atendimento dos filhos da classe trabalhadora.

O capitalismo, que ao longo de sua história mostrou-se incapaz de criar uma sociedade sem exclusão. Na verdade, o Estado, sob a égide do Capital, torna-se um gestor

dos interesses da burguesia, o que indica a exaustão de sua capacidade civilizatória. A tarefa histórica, como já apontou Mészáros (2002), é ir além do capital e do Estado capitalista e conquistar trincheiras para a construção do socialismo. No plano estratégico, a luta pelo socialismo implica a defesa da educação, saúde, o direito ao trabalho, à cultura e a aposentadoria numa esfera efetivamente pública, pois somente nela se viabilizam os direitos sociais.

A democracia burguesa, portanto, é um sistema de governo que se identifica com o capitalismo, mas não com o anseio político dos trabalhadores. Nela, os homens se tornaram sujeitos públicos ativos, mas somente álbuns alcançaram a plenitude de sua formação humana e participação política. Ocorre que estes não são a maioria, que são os trabalhadores. Portanto, trata-se de recriar a democracia sobre novas bases.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre o Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CASTANHO, Sérgio E. M. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José C. (Org.) **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

COUTINHO, Carlos N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, Osmar. SEMERANO, Giovanni. (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Artenova, 1977.

FRIGOTTO, G. Delírio da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILE, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914/1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRISONI, D.; MAGGIORI, R. **Ler Gramsci**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILE, P. (Org.). **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Rosângela Novaes. Políticas educacionais e a lógica neoliberal para a educação básica. In: GEMAQUE, Rosna Maria O.; LIMA, Rosângela Novaes. **Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão**. Belém: CEJUP, 2006.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo. In: LOCKE. São Paulo, Abril Cultural. (Coleção os pensadores)

LUCENA, Carlos. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2005.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.) **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1999. V. 1.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Campinas-SP: Editora UNICAMP/Boitempo, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOUSA, Andréia da S. Quintanilha. **Autonomia universitária ou liberalização do mercado de ensino superior brasileiro?** A política educacional superior no governo Fernando Henrique Cardoso. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

Notas

¹ Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR – Depto de Ciências da Educação. – Porto Velho marcooliveiragomes@yahoo.com.br

** Professor da Universidade Federal de Rondônia – Unir – Depto de Ciências da Educação. Ariquemes maciel_ac@hotmail.com

² Bobbio (1987) afirma que, entre as teorias sociológicas do Estado, sobretudo duas mantiveram-se em campo nos últimos anos: a teoria marxista e a teoria funcionalista de Estado. A teoria marxista de Estado procura compreender as Instituições políticas (O Estado) numa relação dialética com a base econômica de cada época histórica. Ao contrário, a concepção funcionalista (que descende de Parsons) concebe o sistema global em seu conjunto, caracterizado pelas funções igualmente essenciais que cada um desempenha para conservação do equilíbrio social, fazendo que cada um seja reciprocamente interdependente. A teoria funcionalista preocupa-se essencialmente com a conservação social, diferentemente da teoria marxista que se volta para a mudança social. Aqui, privilegiaremos a análise marxista de Estado, uma forma de organização social e que, como tal, não podia ser dissociada da sociedade e de suas relações sociais subjacentes.

Recebido em novembro/2011
Aprovado em abril/2012